

Artigo



CLAUDIO J. D. SALES
claudio.sales@acendebrasil.com.br

A conta que ninguém fez

Quem tem de responder se certas medidas valem a pena é quem assumirá o pagamento da conta

Um racionamento de energia gera enorme custo político para qualquer governo. Vide o racionamento de 2001 e como o evento foi explorado nas eleições presidenciais de 2002. Os políticos sabem disso. Tanto é que um governante de altíssimo escalão declarou em outubro de 2006 que "não vai haver apagão nem que avacatussa".

E a promessa foi cumprida. A ameaça do apagão foi afastada em 2008 graças, porém, à combinação de chuvas acima da média histórica e de ações governamentais. E o governo impôs o custo dessas ações aos consumidores. Mas com que transparência isso foi feito? Qual o benefício para os consumidores associado ao custo dessas ações?

Em janeiro de 2008, o Instituto Acende Brasil calculou em 22% o risco de decretar racionamento já em 2008. Número que se revelou coerente: o próprio Operador Nacional do Sistema (ONS), em evento realizado em fevereiro de 2008, surpreendeu a todos quando, ao contrário de manifestações anteriores, reconheceu em 32% o risco de déficit de energia.

Apesar desse diagnóstico, o governo seguiu afirmando frente às câmeras que não havia risco algum. Que havia "alarmistas no mercado". Mas, nos bastidores, passou a adotar várias medidas para contornar o alto risco discutido nos gabinetes oficiais.

A primeira medida foi dotar um órgão governamental chamado CMSE (Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico) do poder de definir quais usinas deveriam entrar em funcionamento, a despeito do seu custo. Acabaram com décadas de procedimentos operacionais segundo os quais as usinas mais baratas deviam operar antes das mais caras, para benefício do consumidor. Mas a própria Resolução nº 8 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) dizia que essa "situação extraordinária" — em que térmicas mais caras

Quarta-feira, 26 de novembro de 2008 operam antes das mais baratas — exigia a apresentação de um estudo do ONS justificando a medida. Esse estudo nunca apareceu. Com base nessa resolução, térmicas a óleo, de alto custo operacional, foram instadas a operar fora da ordem de mérito econômico. A conta paga pelo consumidor, de janeiro a agosto deste ano, já chegou a R\$ 1,7 bilhão. Além de achar impressionante que nenhuma outra instituição pública responsável por fiscalização tenha pedido explicações sobre esse evento, fica a pergunta: valeu a pena? Em que medida essa conta bilionária ajudou o País a aumentar a segurança de oferta de energia? E como será o futuro?

O governo não divulgou a relação entre custo e benefício dessa operação. Mas, recentemente, o ONS propôs nova metodologia para aumentar a segurança de suprimento de energia. Louve-se aqui a iniciativa da divulgação, que nos permite calcular uma relação custo-benefício dessa proposta da seguinte forma: simulamos a operação do sistema de 2008 a 2011 com e sem a nova metodologia e comparamos os custos (em reais) e os benefícios de redução do déficit de energia (em MWh).

O resultado: cada MWh adicional propiciado pela nova metodologia custaria R\$ 5.700. O próprio governo calculou em R\$ 2.500/MWh o custo do déficit, que corresponde ao valor usado nos estudos oficiais de planejamento energético e que traduz o custo que a sociedade teria para cada unidade de energia não disponibilizada. Portanto, a nova metodologia proposta é 2,2 vezes mais cara que o próprio índice oficial usado para medir o custo da falta de energia. Alguns representantes do governo recorrem à falácia do "qualquer custo é maior que o custo de um racionamento". Se isso fosse verdade, o custo de déficit oficial não seria de R\$ 2.500/MWh. Seria infinito.

Qualquer medida estudada pelo governo que afete a operação do setor elétrico deve ser divulgada em Audiência Pública, dando total transparência sobre seus custos e, principalmente, seus benefícios. Quem tem de responder se certas medidas valem a pena é quem assumirá a conta. O mito da "segurança a qualquer preço" deve ceder espaço a análises técnicas e econômicas transparentes que se sobreponham às decisões oficiais tomadas em gabinetes impenetráveis.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)

Título	A conta que ninguém fez
Veículo	DCI
Data	26 Nov 2008
Autor	Claudio J. D. Sales

Um racionamento de energia gera enorme custo político para qualquer governo. Vide o racionamento de 2001 e como o evento foi explorado nas eleições presidenciais de 2002. Os políticos sabem disso. Tanto é que um governante de altíssimo escalão declarou em outubro de 2006 que "não vai haver apagão nem que a vaca tussa".

E a promessa foi cumprida. A ameaça do apagão foi afastada em 2008 graças, porém, à combinação de chuvas acima da média histórica e de ações governamentais. E o governo impôs o custo dessas ações aos consumidores. Mas com que transparência isso foi feito? Qual o benefício para os consumidores associado ao custo dessas ações?

Em janeiro de 2008, o Instituto Acende Brasil calculou em 22% o risco de decretar racionamento já em 2008. Número que se revelou coerente: o próprio Operador Nacional do Sistema (ONS), em evento realizado em fevereiro de 2008, surpreendeu a todos quando, ao contrário de manifestações anteriores, reconheceu em 32% o risco de déficit de energia.

Apesar desse diagnóstico, o governo seguiu afirmando frente às câmeras que não havia risco algum. Que havia "alarmistas no mercado". Mas, nos bastidores, passou a adotar várias medidas para contornar o alto risco discutido nos gabinetes oficiais.

A primeira medida foi dotar um órgão governamental chamado CMSE (Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico) do poder de definir quais usinas deveriam entrar em funcionamento, a despeito do seu custo. Acabaram com décadas de procedimentos operacionais segundo os quais as usinas mais baratas devem operar antes das mais caras, para benefício do consumidor. Mas a própria Resolução nº 8 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) dizia que essa "situação extraordinária" - em que térmicas mais caras operam antes das mais baratas - exigia a apresentação de um estudo do ONS justificando a medida. Esse estudo nunca apareceu.

Com base nessa resolução, térmicas a óleo, de alto custo operacional, foram instadas a operar fora da ordem de mérito econômico. A conta paga pelo consumidor, de janeiro a agosto deste ano, já chegou a R\$ 1,7 bilhão. Além de achar impressionante que nenhuma outra instituição pública responsável por fiscalização tenha pedido explicações sobre esse evento, fica a pergunta: valeu a pena? Em que medida essa conta bilionária ajudou o País a aumentar a segurança de oferta de energia? E como será o futuro?

O governo não divulgou a relação entre custo e benefício dessa operação. Mas, recentemente, o ONS propôs nova metodologia para aumentar a segurança de suprimento de energia. Louve-se aqui a iniciativa da divulgação, que nos permite calcular uma relação custo-benefício dessa proposta da seguinte forma: simulamos a operação do sistema de 2008 a 2011 com e sem a nova metodologia e comparamos os custos (em reais) e os benefícios de redução do déficit de energia (em MWh).

O resultado: cada MWh adicional propiciado pela nova metodologia custaria R\$ 5.700. O próprio governo calculou em R\$ 2.500/MWh o custo do déficit, que corresponde ao valor usado nos estudos oficiais de planejamento energético e que traduz o custo que a sociedade teria para cada unidade de energia não disponibilizada. Portanto, a nova metodologia proposta é 2,2 vezes mais cara que o próprio índice oficial usado para medir o custo da falta de energia. Alguns representantes do governo recorrem à falácia do "qualquer custo é maior que o custo de um racionamento". Se isso fosse verdade, o custo de déficit oficial não seria de R\$ 2.500/MWh. Seria infinito.

Qualquer medida estudada pelo governo que afete a operação do setor elétrico deve ser divulgada em Audiência Pública, dando total transparência sobre seus custos e, principalmente, seus benefícios. Quem tem de responder se certas medidas valem a pena é quem assumirá a conta. O mito da "segurança a qualquer preço" deve ceder espaço a análises técnicas e econômicas transparentes que se sobreponham às decisões oficiais tomadas em gabinetes impenetráveis.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)